

Atendimento às crianças com dislexia do ensino fundamental da Escola Flor do Sertão no município de Irecê-BA

Hérica Almeida Costa ^{1*}, Maria da Conceição Araújo Correia¹

¹Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Irecê, Bahia, Brasil.

*Autora correspondente: Hérica Almeida Costa.

E-mail: hericalmeida19@gmail.com



Revista Sertão Sustentável 2025.
Open access sob licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0 International.

Recebido:11-06-2025.

Aceito:11-12-2025.

Resumo

O atendimento educacional especializado aos estudantes com dislexia é garantido pela Lei nº 14.254, (Brasil, 2021), que institui o acompanhamento integral para educandos com esse transtorno específico. Este artigo tem como objetivo compreender como se desenvolve o atendimento às crianças com dislexia nas escolas do município de Irecê-BA. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, configurando-se como estudo de caso, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas e análise de conteúdo. Sem a pretensão de oferecer soluções definitivas, o trabalho busca descrever e analisar as práticas de Educação Inclusiva no município, enfatizando o atendimento à dislexia. Espera-se, com essa investigação, contribuir para o fortalecimento da compreensão político-social acerca da necessidade de efetivar as legislações já vigentes, garantindo a esses estudantes não apenas o acesso, mas o reconhecimento como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Atendimento Especializado. Educação Inclusiva. Dislexia.

Abstract

Specialized educational assistance for students with dyslexia is guaranteed by Law No. 14,254, (Brasil, 2021), which establishes comprehensive support for learners with this specific disorder. This article aims to understand how the assistance for children with dyslexia develops in the schools of the municipality of Irecê-BA. The research adopts a qualitative approach, configured as a case study, with data collection carried out through interviews and content analysis. Without the intention of offering definitive solutions, the work seeks to describe and analyze the practices of Inclusive Education in the municipality, emphasizing the assistance to dyslexia. It is expected that, through this investigation, it will be possible to contribute to strengthening the political-social understanding regarding the need to enforce the legislation already in force, ensuring to these students not only access, but also recognition as subjects of rights.

Keywords: Specialized Support. Inclusive Education. Dyslexia.

Introdução

A educação é reconhecida como direito social fundamental que visa a promoção da cidadania, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, que determina a garantia do acesso, permanência e sucesso escolar a todos os estudantes, sem discriminação (Brasil, 1988). Nesse contexto, o paradigma da educação inclusiva consolida-se como diretriz essencial das políticas educacionais brasileiras, com o propósito de assegurar o atendimento às diferenças humanas no ambiente escolar, valorizando a diversidade e garantindo igualdade de oportunidades.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) reforça a necessidade de criação de condições que favoreçam o pleno desenvolvimento dos estudantes neuroatípicos, entre os quais se encontram sujeitos com Transtornos Específicos da Aprendizagem (TEA), como a dislexia. Esse transtorno, de natureza neurobiológica, caracteriza-se por dificuldades persistentes

na leitura fluente, na decodificação e no reconhecimento automático de palavras, podendo afetar o desempenho escolar e o processo de alfabetização.

Apesar de a dislexia não comprometer a inteligência ou o potencial cognitivo, sua identificação tardia e o desconhecimento de suas especificidades por parte dos profissionais da educação resultam, frequentemente, em estigmas, práticas pedagógicas inadequadas e encaminhamentos equivocados. Essa realidade se torna ainda mais desafiadora em redes municipais de ensino situadas em regiões com menor infraestrutura e menos recursos de formação continuada, como ocorre em diversas cidades do interior nordestino.

No município de Irecê, Bahia, observa-se uma crescente demanda por atendimento especializado voltado a crianças com dislexia, especialmente a partir da implementação da Lei nº 14.254/2021, que dispõe sobre a identificação e o tratamento da dislexia na educação básica. No entanto, a garantia legal nem sempre se materializa em práticas eficazes de inclusão, uma vez que a compreensão sobre o transtorno ainda é limitada e a formação docente para atuação com esses estudantes é insuficiente, gerando lacunas no atendimento pedagógico e na articulação entre escola, família e serviços de saúde.

Diante desse cenário, torna-se fundamental investigar em profundidade como se constituem as práticas pedagógicas e institucionais voltadas aos estudantes com dislexia na escola regular em Irecê-BA, especialmente no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse serviço, regulamentado pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, deve complementar a formação dos alunos público-alvo da educação especial, oferecendo recursos e estratégias que favoreçam sua aprendizagem e participação plena na escolarização.

Com base nessas questões, este estudo tem como objetivo analisar o atendimento às crianças com dislexia no Ensino Fundamental da Escola Municipal Flor do Sertão, no município de Irecê – Bahia, com foco nas condições de acesso, nas estratégias pedagógicas utilizadas e no papel dos profissionais que atuam no AEE. Partimos do pressuposto de que a efetivação da educação inclusiva depende não apenas de marcos legais, mas de práticas pedagógicas fundamentadas, formação docente adequada e redes de apoio multiprofissionais.

Destacamos que o nome “Flor do Sertão” é utilizado de forma fictícia neste estudo, tendo sido adotado com a finalidade de assegurar a proteção da identidade da instituição investigada. Essa escolha atende aos princípios éticos que orientam a pesquisa científica, notadamente a preservação do anonimato e da confidencialidade dos participantes e das instituições envolvidas.

A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, em formato de estudo de caso, cujos resultados podem contribuir para aprofundar o debate sobre a inclusão de estudantes com transtornos de aprendizagem, especialmente em contextos de escolarização pública no semiárido baiano. Espera-se que os achados deste estudo favoreçam reflexões sobre os limites e possibilidades das políticas inclusivas e subsidiem práticas mais efetivas, oferecendo suporte às escolas, professores e sistemas de ensino que atuam com esse público.

A relevância desta pesquisa se evidencia em múltiplas dimensões. No âmbito acadêmico, o estudo busca contribuir para o preenchimento de lacunas existentes na produção científica acerca da inclusão escolar de crianças com dislexia em redes públicas do interior nordestino, um contexto ainda pouco explorado nos estudos sobre educação inclusiva. Ao apresentar um estudo de caso no Território de Identidade de Irecê (TII) e descrever práticas pedagógicas exitosas implementadas no atendimento a esses estudantes, esta investigação oferece subsídios teóricos e metodológicos que podem fortalecer o campo de estudos sobre os transtornos específicos da aprendizagem e orientar futuras pesquisas e intervenções na área.

Do ponto de vista social, sua contribuição reside na defesa do direito à educação inclusiva e na promoção e divulgação de práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem a neurodiversidade, possibilitando que estudantes neuro atípicos tenham acesso a experiências formativas mais justas e significativas. Em termos pessoais, o trabalho nasce de inquietações vivenciadas no cotidiano escolar e reflete o compromisso da pesquisadora com uma educação transformadora, pautada no respeito às

diferenças e na construção de um ambiente escolar acolhedor, que valorize e potencialize as singularidades de cada sujeito.

Pelas razões expostas, este artigo tem como objetivo compreender como se desenvolve o atendimento às crianças com dislexia nas escolas do município de Irecê-BA.

Materiais e Métodos

O material utilizado nesta pesquisa constituiu-se de um conjunto de fontes empíricas e bibliográficas que subsidiaram a análise qualitativa sobre o processo de inclusão escolar de uma criança com dislexia na rede pública do município de Irecê-BA. Inicialmente, foram realizadas leituras exploratórias e aprofundadas sobre os marcos legais e normativos referentes à educação inclusiva no Brasil, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e para as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Essas referências, aliadas à literatura científica sobre dislexia e inclusão escolar, constituíram o aporte teórico-conceitual que orientou o olhar analítico da pesquisa.

Além da revisão bibliográfica, o estudo baseou-se na observação direta do contexto investigado, contemplando visitas à escola “Flor do Sertão” e ao Centro de Referência Multidisciplinar da Educação Inclusiva (CERMULT). Tais observações permitiram compreender a organização institucional, as práticas pedagógicas adotadas e as interações estabelecidas entre as equipes escolares e os profissionais da educação inclusiva.

Compuseram ainda o corpus da pesquisa os materiais produzidos no cotidiano escolar, tais como relatórios pedagógicos, registros institucionais e documentos encaminhados ao atendimento multidisciplinar. Esses documentos, aliados às entrevistas realizadas com a professora regente, a psicopedagoga e a coordenadora do CERMULT, constituíram a base empírica de análise, possibilitando o confronto entre a legislação, o discurso dos profissionais e as práticas efetivamente implementadas no contexto investigado.

Assim, o material analisado integra três dimensões complementares: (a) referencial teórico-científico e normativo sobre dislexia e inclusão; (b) registros institucionais relacionados ao acompanhamento da criança; e (c) dados empíricos produzidos por meio de entrevistas e observações do campo. Essa triangulação de fontes permitiu sustentar a construção analítica e favorecer a confiabilidade dos achados.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo delineamento fundamenta-se na necessidade de compreender significados, práticas e interações relacionadas ao atendimento educacional de estudantes com dislexia no contexto da escola pública. A abordagem qualitativa permite a apreensão dos fenômenos em sua complexidade, articulando múltiplas dimensões do contexto estudado, conforme destacam Bogdan e Biklen (1994), ao afirmarem que esse tipo de investigação atua sobre processos e não apenas sobre resultados, valorizando o ponto de vista dos participantes e os significados atribuídos ao fenômeno.

O presente estudo configura-se como um estudo de caso instrumental, conforme delineado por Stake (1995), uma vez que o caso analisado não é explorado apenas por seu interesse intrínseco, mas como um meio de ampliar a compreensão sobre a inclusão escolar de estudantes com dislexia em redes de ensino municipais. Yin (2001) aponta que o estudo de caso é apropriado quando se investigam fenômenos contemporâneos inseridos em seu contexto social real, como ocorre no presente trabalho.

Os participantes foram selecionados intencionalmente, considerando sua relação direta com o atendimento e acompanhamento pedagógico de um estudante diagnosticado com dislexia. Integraram o estudo a professora regente responsável pelo estudante, a psicopedagoga da unidade escolar e a coordenadora pedagógica do CERMULT. A composição do grupo de participantes justifica-se pela natureza da investigação, que exige a escuta de profissionais com atuação efetiva nas dimensões escolar e institucional do atendimento educacional especializado (AEE).

A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente e registradas mediante autorização dos participantes. A entrevista, segundo Minayo (2012), é um instrumento privilegiado para o aprofundamento das percepções, representações e experiências dos sujeitos implicados no fenômeno investigado. Os roteiros contemplaram questões sobre o processo de identificação da dislexia, estratégias pedagógicas adotadas, articulação entre escola e serviços especializados e percepções sobre a efetividade das ações desenvolvidas.

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), envolvendo as etapas de pré-análise, exploração do material e categorização dos achados. Essa técnica foi escolhida por possibilitar a sistematização de informações qualitativas com rigor metodológico, permitindo a construção de categorias analíticas que emergem do corpus empírico e dialogam com o referencial teórico.

Resultados e Discussão

A análise dos dados possibilitou compreender, inicialmente, como se organiza o atendimento aos estudantes com dislexia na rede municipal de Irecê. Nesse contexto, destaca-se o papel do CERMULT (Centro de Referência Multidisciplinar da Educação Inclusiva), mantido pela Prefeitura Municipal em parceria com as Secretarias de Saúde e Educação.

O centro presta atendimento especializado a alunos com diagnóstico de dislexia e oferece suporte às suas famílias, atuando como referência regional na área de inclusão. Esta pesquisa foi realizada em 2022 como trabalho de conclusão de curso, e, nesse período, o CERMULT acompanhava 1.039 pacientes, dos quais 46 eram estudantes da rede pública municipal com dislexia.

A equipe multiprofissional era composta por 57 profissionais contratados, entre psicopedagogos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, neuropediatras, neuropsicopedagogos e outros especialistas. O atendimento era definido conforme as necessidades de cada paciente e pode ser solicitado por professores da sala de recursos, equipes do PSF, CAPS, clínicos gerais ou neuropediatras. Apesar de a escola regular poder indicar avaliação inicial, a confirmação diagnóstica da dislexia ainda é de responsabilidade exclusiva do neuropediatra, mediante laudos e relatórios clínicos.

No interior das escolas, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) cumpre função estratégica na promoção da inclusão. Previsto no Art. 208 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Resolução nº 4/2009, o AEE destina-se a complementar a formação dos estudantes público-alvo da educação especial, exigindo que o professor possua formação para o exercício da docência e qualificação específica na área.

O AEE não substitui a sala de aula regular, sendo obrigatório que o estudante esteja matriculado e frequente o ensino comum. A sala de AEE caracteriza-se por um ambiente lúdico, acolhedor e equipado com materiais pedagógicos específicos. Na Escola Flor do Sertão, 39 crianças eram atendidas no AEE; dessas, 19 possuíam diagnósticos fechados, uma apresentava diagnóstico confirmado de dislexia e outras 19 encontravam-se em processo de investigação e já haviam sido encaminhadas ao CERMULT. O encaminhamento ocorre quando o professor e a coordenação identificam dificuldades significativas na aprendizagem ou atrasos no desenvolvimento.

As intervenções pedagógicas são iniciadas mesmo antes da confirmação diagnóstica e priorizam atividades lúdicas e multissensoriais, tais como jogos, materiais concretos, atividades impressas e exercícios de atenção, concentração, leitura e escrita. Nessa perspectiva, a atuação conjunta entre psicopedagogo e professor abrange planejamento colaborativo fundamentado em estratégias de orientação, mediação e interação. Compreendemos que o trabalho com disléxicos precisa privilegiar metodologias multissensoriais, utilizando diferentes canais perceptivos além da visão. Assim, são adotados recursos como caça-palavras, cruzadinhas, alfabeto móvel, bingo de palavras e sequências lógicas, uma vez que o lúdico favorece o prazer pela aprendizagem e contribui para o desenvolvimento cognitivo.

Quanto à interação dos alunos disléxicos com seus pares, a psicopedagoga e a professora relataram que, apesar da existência de críticas e estigmas, são desenvolvidas ações sistemáticas para trabalhar autoestima, empatia e respeito às diferenças. Nas turmas iniciais (1º ao 3º ano), a aceitação ocorre com maior naturalidade devido à valorização do lúdico; já nos anos finais do ensino fundamental (4º e 5º anos), há maior resistência à diversidade. Nesse sentido, o acompanhamento psicológico busca desenvolver competências cognitivas e emocionais, contribuindo para a inclusão escolar. Na Escola Flor do Sertão, observa-se o compromisso com o cumprimento da legislação vigente e a promoção de práticas inclusivas.

No contexto da sala regular, a professora regente adapta suas estratégias de ensino para favorecer a compreensão e a permanência do disléxico. Entre as práticas adotadas, destacam-se a utilização de explicações breves e sequenciadas, redução de textos longos, linguagem objetiva e organização de atividades com menor número de questões. Paralelamente, a autoestima é trabalhada de forma coletiva, promovendo um ambiente de respeito e acolhimento.

A estrutura da sala de AEE observada na escola revela espaço físico adequado, materiais pedagógicos diversificados e atuação colaborativa entre professora regente e psicopedagoga, que planejam em conjunto e desenvolvem intervenções com foco em orientação, sugestão e interação. Esse trabalho integrado reforça o princípio de corresponsabilidade entre os profissionais envolvidos.

A reflexão sobre o arcabouço legal evidencia que a Lei nº 14.254/2021 representa importante avanço no campo da inclusão ao assegurar acompanhamento integral para estudantes com dislexia, TDAH e outros transtornos específicos de aprendizagem. A normativa prevê investigação diagnóstica e atendimento multidisciplinar, garantindo intervenções pedagógicas e suporte terapêutico através do Sistema Único de Saúde.

Os achados da pesquisa demonstraram que o município de Irecê cumpre as determinações legais ao ofertar atendimento especializado e disponibilizar equipe multiprofissional, havendo consonância entre o que está previsto em lei e o que se observa na prática local. Dois avanços se destacam: (1) o fortalecimento de dispositivos legais que asseguram educação inclusiva, e (2) a implementação efetiva dessas políticas, que se materializam na oferta de serviços, recursos e profissionais capacitados. Assim, constata-se que o atendimento multiprofissional, aliado ao suporte familiar e institucional, contribui para o desenvolvimento integral do estudante com dislexia e exemplifica uma prática de inclusão consolidada na rede municipal.

Considerações finais

A presente investigação permitiu evidenciar a centralidade do diagnóstico precoce da dislexia como condição necessária para o planejamento e a implementação de estratégias pedagógicas capazes de administrar os impactos da dislexia no percurso escolar dos estudantes.

O reconhecimento oficial do diagnóstico não deve ser compreendido como mera formalidade burocrática, mas como ponto de partida para a construção de práticas educativas fundamentadas na responsividade pedagógica e na compreensão de que o aprender é um processo plural, multifacetado e influenciado pelas condições de desenvolvimento cognitivas, emocionais e socioculturais de cada sujeito. Nessa perspectiva, reafirma-se a importância de que o trabalho docente seja sustentado por formação específica, continuada e crítica, que ultrapasse modelos reducionistas e patologizantes e promova a construção de saberes comprometidos com a justiça curricular e a equidade educacional.

Ao analisar a organização da rede municipal de Irecê para o atendimento de estudantes com dislexia e outros transtornos específicos de aprendizagem, constatou-se a existência de iniciativas que materializam, em alguma medida, os princípios estabelecidos pelas normativas legais de proteção aos direitos educacionais desses estudantes.

Observou-se um esforço institucional na constituição de uma rede intersetorial entre educação e saúde, bem como a presença de práticas pedagógicas e terapêuticas que buscam articular o diagnóstico clínico com intervenções pedagógicas contextualizadas.

Nesse sentido, a valorização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser entendida não como um espaço segregado ou compensatório, mas como uma ação articuladora entre o ensino comum e os serviços especializados, com vistas a garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem plena dos sujeitos público-alvo da educação especial. Investir na qualificação do AEE implica considerar a dimensão ética, política e epistemológica da inclusão, assegurando condições efetivas de trabalho, tempo para planejamento coletivo, recursos pedagógicos adequados e supervisão técnica qualificada.

Além disso, destaca-se a urgência de fortalecer políticas formativas que problematizem concepções tradicionais de normalidade, fracasso escolar e diferença, favorecendo a construção de um *ethos* escolar que ultrapasse a lógica da adaptação e avance para a perspectiva da educação para todos em sua radicalidade. Isso implica reconhecer a diversidade como princípio estruturante da prática pedagógica e não como exceção a ser administrada.

Em síntese, compreender o direito à educação inclusiva como mera garantia legal significa esvaziar seu sentido mais profundo e transformador. A efetivação desse direito requer intencionalidade política, compromisso ético e investimento contínuo em práticas reflexivas, dialógicas e coletivas. A experiência analisada no município de Irecê demonstra que, mesmo diante de limitações estruturais, é possível construir caminhos concretos de inclusão quando há articulação entre políticas públicas, formação docente e participação ativa da comunidade escolar.

Assim, reafirma-se que promover a inclusão de sujeitos com dislexia — e de todos aqueles cuja trajetória de aprendizagem se afasta dos padrões normativos — não é um gesto de benevolência, mas um imperativo ético, epistemológico e político. A escola inclusiva não é apenas uma instituição que acolhe, mas uma instituição que transforma: transforma suas práticas, seus tempos, seus currículos, seus modos de ensinar e aprender. Uma escola verdadeiramente inclusiva não se pergunta “o que falta ao estudante”, mas sim “o que precisa mudar em nós enquanto instituição para que ele aprenda”.

Esse é o desafio que se coloca não apenas à rede municipal de Irecê, mas a todo o sistema educacional brasileiro: construir um modelo de educação que reconheça a diferença como condição humana e que, por isso mesmo, se comprometa com a construção permanente de uma sociedade mais democrática, justa e acolhedora — onde o direito de aprender não seja privilégio de alguns, mas realidade de todos.

Dessa forma, almejamos que os resultados desta investigação possam subsidiar a construção de caminhos teóricos e práticos que favoreçam a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Agradecimentos

A realização desta pesquisa representa a conclusão de uma etapa acadêmica e a materialização de um percurso construído coletivamente, marcado por aprendizados, desafios e, sobretudo, por gestos de generosidade, apoio e incentivo. Por isso, expresso aqui minha profunda gratidão a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho pudesse se concretizar e retornar ao espaço científico como uma contribuição significativa para o debate sobre educação inclusiva.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força e sabedoria em todas as etapas desta jornada. Foi na fé que encontrei sustento nos momentos de incerteza e motivação para seguir adiante quando os desafios pareciam maiores que as possibilidades. Sem este amparo espiritual, certamente este trabalho não teria alcançado sua plenitude.

Agradeço também à minha família, pela base afetiva e emocional que sustenta todas as minhas conquistas, e por compreender que a produção do conhecimento exige tempo, dedicação e abdicção. Cada palavra escrita, cada noite de estudo e cada momento de dúvida só puderam ser atravessados porque tive ao meu lado pessoas que me fortaleceram com amor, equilíbrio e incentivo.

À minha irmã, deixo um agradecimento especial. Sua sensibilidade e envolvimento foram fundamentais e me ajudou a compreender os caminhos da pesquisa com mais firmeza e coragem. Seu olhar atento, suas escutas e contribuições contribuíram significativamente para o amadurecimento deste

estudo e para o fortalecimento do meu percurso acadêmico. A ela, devo uma parte essencial desta trajetória.

Meu reconhecimento também se estende à professora Maria da Conceição, cuja orientação na primeira versão deste trabalho, em 2022, foi decisiva para que esta pesquisa adquirisse forma e sentido. Foi sob sua escuta atenta, rigor metodológico e sensibilidade ética que este estudo nasceu, inicialmente como requisito de conclusão do curso de pedagogia. Retomar esse trabalho para transformá-lo em artigo científico reafirma meu compromisso com a produção acadêmica e o reconhecimento da importância da continuidade da pesquisa, da devolução à comunidade e da responsabilidade que temos com os territórios que habitamos.

Expressar gratidão, neste contexto, é reconhecer que a produção científica não acontece de forma isolada. É admitir que avançamos porque outros caminharam conosco — com seus saberes, seus afetos e suas presenças. Agradecer é um gesto que ultrapassa a formalidade: é um ato político, ético e amoroso, que honra o papel de cada pessoa envolvida no processo.

Este artigo é, portanto, fruto de muitas mãos, muitas vozes e muitos silêncios que me ensinaram a olhar a inclusão não apenas como campo de estudo, mas como compromisso social. Que este trabalho possa, de alguma forma, devolver ao meu território parte do que recebi, fortalecendo o debate local sobre a educação inclusiva e contribuindo para a construção de um espaço escolar mais justo, plural e afetivamente comprometido com as singularidades dos sujeitos.

Com gratidão profunda, registro aqui meu reconhecimento a todos que acreditaram nesta pesquisa que acolheram este percurso e compreenderam a importância de transformar vivências em conhecimento científico. Sem cada um de vocês, este trabalho não existiria — e sem esse gesto de agradecimento, ele não estaria completo.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.254**, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre a identificação precoce de sinais de transtornos de aprendizagem. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14254.htm. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.